



Estado de Santa Catarina
Município de Papanduva
Sistema de Controle Interno

PARECER DO BALANÇO CONSOLIDADO

ASSUNTO: Contas do exercício de 2015

Em cumprimento as atribuições contidas na Lei Complementar nº 003/2002, de 04/12/02 que institui o Sistema de Controle Interno e o Parágrafo Único do Inciso IV do Art. 54 da lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Município de Papanduva/SC, com base nos Relatórios de Auditoria Interna e nos resultados apurados no **Balanço Consolidado**, emite o presente parecer sobre as contas anuais do Município de Papanduva, relativas ao exercício de 2015.

1 - DAS AUDITORIAS E PARECERES REALIZADOS

A Controladoria programou e realizou durante o Exercício de 2015, 02 (duas) Auditorias Internas, para verificação do cumprimento legal das atividades auditadas, assim discriminadas:

AUDITORIA Nº 001/2015

LICITAÇÕES:

O Sistema de Controle Interno, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 003, de 04 de dezembro de 2002, efetuou auditoria em licitações, por amostragem, sendo elas: **Dispensa de Licitação n. 005/2015**, **Pregão Presencial n. 010/2015**, tendo o subscritor verificado que os trabalhos desenvolvidos estão respeitando o princípio da legalidade, bem como os demais princípios que regem a administração pública.

AUDITORIA Nº 002/2015

LEGALIDADE DAS DIÁRIAS REALIZADAS PELOS MOTORISTAS LOTADOS NA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE:

O Sistema de Controle Interno, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 003, de 04 de dezembro de 2002, efetuou auditoria nas diárias realizadas pelos motoristas que exercem seu labor junto a Secretaria Mun.



de Saúde, a qual apontou algumas irregularidades e inconsistências em relação aos dados contidos nos diários de bordo com aqueles informados na requisição de pagamento das diárias. Tais irregularidades fizeram com que alguns servidores recebessem diárias com valor um pouco superior ao devido. Diante disso, as irregularidades encontradas foram imediatamente comunicadas à Secretária de Saúde, para que fossem tomadas as medidas cabíveis, momento em que se recomendou, ainda, a imediata devolução de valores recebidos a maior por alguns servidores, bem como para que, dali em diante, houvesse um maior controle e fiscalização de todo o processo que envolve a realização de diária.

DOS PARECERES: importante registrar que o subscritor foi instado a emitir inúmeros pareceres no exercício de 2015, sobre os mais diversos assuntos. Tais pareceres foram devidamente informados nos relatórios produzidos pelo controlador interno adiante subscrito, os quais são bimestralmente apresentados ao TCE/SC.

Finalmente, cumpre esclarecer que o subscritor emite parecer sobre a legalidade de **todos** os processos licitatórios realizados pelo município, buscando, dessa forma, prevenir possíveis equívocos e possíveis irregularidades.



2 - RESULTADO CONSOLIDADO DO BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 2015

2.1 - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é evidenciado seu propósito, estrutura e fundamentação legal. Em seguida é feita a análise da receita com sua composição, evolução e os desvios. O mesmo procedimento é feito com as despesas. Por fim, analisam-se os resultados e têm-se as considerações finais.

QUOCIENTES SOBRE O BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Quociente da Execução da Receita:

Receita Arrecadada	=	43.625.927,75	=	0,9803%
Receita Prevista	=	44.500.000,00		

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Receita Arrecadada	=	43.625.927,75	=	98,03%
Receita Prevista	=	44.500.000,00	=	100,00%
Superávit.....	=	874.072,25	=	-1,97%

A interpretação desse quociente nos leva ao seguinte, para cada 1,00 de receita prevista foi arrecadado 0,9803, proporcionando um déficit de arrecadação de R\$ 874.072,25 equivalente a 1,97%.



Composição e evolução da receita

Comportamento Entre as Receitas Previstas e Executadas em 2015

EXERCÍCIO DE 2015				
Título	Receita		Diferença	
	Previsão R\$	Execução R\$	R\$	%
Receitas Correntes	39.950.000,00	38.656.511,61	-1.293.488,39	-3,24%
Receita Tributária	3.000.000,00	3.251.854,92	251.854,92	8,40%
Receitas De Contribuições	1.500.000,00	1.425.805,29	-74.194,71	-4,95%
Receita Patrimonial	1.350.000,00	2.139.933,93	789.933,93	58,51%
Receita Agropecuária	4.000,00	0,00	-4.000,00	-100,00%
Receita de Serviços	1.300.000,00	1.392.573,92	92.573,92	7,12%
Transferências Correntes	33.750.000,00	34.211.620,42	461.620,42	1,37%
Outras Receitas Correntes	800.000,00	944.045,62	144.045,62	18,01%
Dedução das Receitas Correntes (-)	-4.690.000,00	-4.709.322,49	-19.322,49	0,41%
Receitas Intra-orçamentária Correntes	2.936.000,00	2.413.796,27	-522.203,73	-17,79%
Receitas de Capital	4.550.000,00	2.555.619,87	-1.994.380,13	-43,83%
Operações De Crédito	3.000.000,00	1.505.720,87	-1.494.279,13	-49,81%
Alienações de Bens	100.000,00	0,00	-100.000,00	-100,00%
Transferências de Capital	1.450.000,00	1.049.899,00	-400.101,00	-27,59%
Ded. Receitas Capital (-)	0,00	0,00	0,00	
			0,00	
SOMA	44.500.000,00	43.625.927,75	-874.072,25	-1,96%

ANALISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA.

Receita Tributária

Orçado	Arrecadado	Diferença
3.000.000,00	3.251.854,92	251.854,92 8,40%

Constatamos que no transcorrer do exercício a mesma fonte obteve 95,05% do orçado, apresentando um pequeno desequilíbrio entre o previsto e o arrecadado. Os impostos que tiveram um comportamento acima do previsto.

Contribuições

Orçado	Arrecadado	Diferença
1.500.050,00	1.425.805,29	-74.194,71 -4,95%



A mesma demonstra um equilíbrio entre o montante previsto e o valor arrecadado.

Patrimonial

Orçado	Arrecadado	Diferença
1.350.000,00	2.139.933,93	789.933,93 58,51%

Ficou acima do previsto em 58,51% em virtude da boa remuneração das aplicações financeiras do Regime Previdenciário em renda fixa e a variável.

Agropecuária

Orçado	Arrecadado	Diferença
4.000,00	0,00	(4.000,00) -100,00%

Não Houve arrecadação de receita agropecuária, ocasionado pela não realização de serviços com máquinas aos pequenos agricultores.

Receita de Serviços

Orçado	Arrecadado	Diferença
1.300.000,00	1.392.573,92	92.573,92 7,12%

Foi superior ao orçado em 7,12%, em virtude do aumento da tarifa dos serviços prestados diretamente pelo SAMAE.

Transferências Correntes

Orçado	Arrecadado	Diferença
33.750.000,00	34.211.620,42	401.620,42 1,37%

Superior ao previsto em 1,31%, mostrando um equilíbrio entre o previsto e o efetivamente arrecadado.

Outras Receitas correntes

Orçado	Arrecadado	Diferença
800.000,00	944.045,62	144.045,62 18,01%

A sua arrecadação portou-se no exercício acima do orçado em 18,01% devido a restituição de encargos compensados no exercício pelo INSS.



Deduções das Receitas Correntes (-)

Orçado	Arrecadado	Diferença
4.690.000,00	4.709.322,49	19.322,49 0,41%

O valor orçado em deduções foi superavitário em R\$ 19.322,49, em percentual 0,41%. Assim sendo verificamos um pequeno aumento entre o previsto e o efetivamente arrecadado, sendo a dedução para o FUNDEB o principal agente.

Receita Intra Orçamentária

Orçado	Arrecadado	Diferença
2.936.000,00	2.413.796,27	522.203,73 -17,79%

Os números traduzem um déficit de 17,79% entre o valor orçado e o arrecadado.

Operação de credito

Orçado	Arrecadado	Diferença
3.000.000,00	1.505.720,87	-1.494.279,13 -49,81%

Frustrada em virtude das operações de credito não ser efetiva na sua totalidade no exercício de 2015, representado uma frustração de 49,81% do previsto.

Alienação de Bens

Orçado	Arrecadado	Diferença
100.000,00	00,00	-100.000,00 -100%

No exercício houve alienações ativos provocando um déficit de 100% em relação a receita prevista.

Transferências de Capital

Orçado	Arrecadado	Diferença
1.450.000,00	1.049.899,00	-400.101,00 -27,59%



A sua arrecadação no exercício foi no montante de R\$ 665.706,30, inferior ao previsto em R\$ 364.293,70, déficit este ocasionado pela frustração de repasse principalmente da União de convenio firmado com a Municipalidade.

Comportamento da Receitas Correntes

	Orçado	Arrecadado	Diferença
Receitas Correntes	 39.950.000,00	 38.656.511,61	 -1.293.488,39 -3,24%

Para o exercício de 2015 o Orçamento Consolidado Provisionou uma arrecadação em Receitas Correntes no valor de R\$ 39.950.000,00. No desenvolver do ano chegamos ao numero de R\$ 38.656.511,61 efetivamente arrecadado inferior em R\$ 1.293.488,39, fator preponderante para este déficit, a crise econômica pela qual atravessa o País.

Comportamento da Receitas Capital

	Orçado	Arrecadado	Diferença
	4.550.000,00 	2.555.619,887 	-1.994.380,13 -43,83

Ao efetuarmos uma leitura do comportamento da receita prevista e a arrecada verificamos que a transferência de convênios e as operações de crédito para despesas de capital atingisse desempenho frustrante, inferior em R\$ 1.994.380,13 em percentual 43,83%.

O gráfico demonstra o relacionamento entre o previsto e o arrecadado

Conclusão

O resultado Consolidado da execução orçamentária da receita do Município no exercício em 2015 nos revela que a mesma foi equilibrada onde verificamos acréscimos em algumas fontes e frustrações em outras, pois apresentou deficit de **R\$ 874.072,25 (oitocentos setenta quatro mil setenta dois reais e vinte cinco centavos)**, cuja receita arrecada a menor da prevista o equivale a **1,96%** vejamos. O anexo abaixo.

	Orçado	Arrecadado	Diferença	
SOMA	44.500.000,00	43.625.927,75	(874.072,25)	-1,96%



2.2.-) Quociente da Execução da Despesa:

Despesa Executada	=	41.138.162,42	=	79,65%
Despesa Autorizada	=	51.647.471,64		

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Despesa Executada	=	41.138.162,42	=	79,65%
Despesa Autorizada	=	51.647.471,64	=	100,00%
Diferença	=	10.509.309,22	=	20,35%

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa autorizada foi realizado apenas 0,7965 proporcionando uma economia orçamentária de 20,35%, que representa o valor de R\$ 10.509.309,22.

ANALISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA:

Relação Entre as Despesas Autorizada e Executada em 2015

EXERCÍCIO DE 2015				
Título	Despesa		Diferença	
	Fixação R\$	Execução R\$	R\$	%
Créditos Orçamentários e Suplementares	51.647.471,64	41.138.162,42	-10.509.309,22	-20,35%
Despesas Correntes	40.234.758,94	34.061.331,80	-6.173.427,14	-15,34%
Despesas de Capital	8.480.962,70	4.476.712,38	-4.004.250,32	-47,21%
Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	2.931.750,00	2.600.118,24	-331.631,76	-11,31%
Soma	51.647.471,64	41.138.162,42	-10.509.309,22	-20,35%

Abertura e Anulação de Créditos Adicionais

Despesa Orçada	Suplementada	Anulada	Autorizada
44.500.000,00	8.562.744,14	1.415.272,50	51.647.471,64
100,00%	19,24%	3,18%	116,06%



Despesas por Categoria Econômica

EXERCÍCIO DE 2015				
Título	Despesa		Diferença	
	Orçada R\$	Executada R\$	R\$	%
Despesas Correntes	43.066.508,94	36.661.450,04	-6.405.058,90	-14,87%
Pessoal e Encargos Sociais.	25.216.900,00	20.826.862,14	-4.390.037,86	-17,41%
Juros e Encargos da Dívida	120.000,00	109.128,31	-10.871,69	-9,06%
Outras Despesas Correntes.	17.729.608,94	15.725.459,59	-2.004.149,35	-11,30%
Despesas de Capital	8.480.962,70	4.476.712,38	-4.004.250,32	-47,21%
Investimentos	7.610.962,70	3.631.363,43	-3.979.599,27	-52,29%
Amortização da Dívida	870.000,00	845.348,95	-24.651,05	-2,83%
Reserva de Contingencia	100.000,00		-100.000,00	-100,00%
SOMA	51.647.471,64	41.138.162,42	-10.509.309,22	-20,35%

O gráfico demonstra o relacionamento entre a autorizada e a realizada



ANÁLISE DAS DESPESAS

Despesas de pessoal e encargos

Autorizada	Realizada	% do total da Despesas	Saldo Dotação
25.216.900,00	20.826.862,14	50,62%	4.390.037,86

A proposta orçamentária previa uma despesa de R\$ 23.085.000,00 no transcorrer do exercício. Foram efetivadas suplementações que elevaram o valor original para R\$ 25.216.900,00 que no transcorrer do exercício efetivo uma despesa no montante de R\$



20.826.862,14 em termos de percentual esta despesa alcançou 50,62%. Onde verificamos que restou um saldo de dotação R\$ 4.390.037,86.

Juros e encargos da dívida

Autorizada	Realizada	% do total da Despesas	Saldo Dotação
120.000,00	109.128,31	0,26 %	10.871,69

Autorizado na Lei orçamentária e suplementações o valor de R\$ 120.000,00, mas foram utilizados R\$ 109.128,31, ou seja, 90,94% do previsto, mas em uma análise do montante gasto no exercício o valor representa 0,26% do total das despesas, verificando-se, assim, uma economicidade de dotação no valor de R\$ 10.871,69.

Outras despesas correntes

Autorizada	Executada	% do total da Despesas	Saldo Dotação
17.729.608,94	15.725.459,59	38,22 %	2.004.149,35

No Início do exercício foi orçado o valor de R\$ 14.200.000,00, mas até termino do ano constatamos que a mesma foi reforçada chegando a um total de R\$ 17.729.608,94 e os gastos realizados foram na ordem de R\$ 15.725.459,59 o equivalente a 38,22% do gasto total do município.

Investimentos

Autorizada	Realizada	% do total da Despesas	Saldo Dotação
7.610.962,70	3.631.363,43	8,83%	3.979.599,27

Inicialmente, foi programada na lei orçamentária uma despesa de R\$ 6.315.000,00 com as suplementações no transcorrer do exercício chegou a um total de R\$ 7.610.962,70, no entanto as despesas empenhadas atingiram a soma de R\$ 3.631.363,43 sendo que o maior montante das despesas de investimentos foram alicerçadas nos convênios principalmente do governo federal. No entanto, em termos de um percentual as despesas atingiram a 8,83%. O saldo elevado de sobra de dotação e constatado pela não realização da operação de crédito e na sua consequência as despesas não se efetivaram, bem como recursos programados com a fonte própria.



Amortização da dívida

Autorizada 870.000,00	Realizada 845.348,95	% do total da Despesas 2,05%	Saldo Dotação 24.651,05
--------------------------	-------------------------	---------------------------------	----------------------------

Foi realizado e contabilizado o valor de R\$ 845.348,95 que representa 2,05% dos gastos total, o valor autorizado permaneceu no exercício, ou seja, de R\$ 870.000,00, assim sendo ficou um pouco aquém do previsto.

Conclusão das despesas

Autorizada 51.647.471,64	Realizada 41.138.162,42	% do total da Despesas Autorizada 79,65%	Saldo Dotação 10.509.309,22
-----------------------------	----------------------------	--	--------------------------------

Para o exercício de 2015, a Lei Orçamentária Anual fixou as Despesas do Município de Papanduva em R\$ 44.500.000,00 (quarenta e quatro milhões, quinhentos mil reais). No entanto, no transcorrer do exercício, o município realizou suplementações orçamentárias de R\$ 8.562.744,14 (oito milhões, quinhentos sessenta dois mil setecentos e quarenta quatro reais e quatorze centavos), por conta do superávit financeiro, excesso de arrecadação e anulação de dotações do orçamento do município. E constatamos anulação de R\$ 1.415.272,50 (um milhão quatrocentos quinze mil duzentos setenta dois reais e cinquenta centavos) perfazendo uma montante da despesa autorizada em R\$ 51.647.471,64 (cinquenta e um milhões seiscentos quarenta sete mil quatrocentos setenta um reais e sessenta quatro centavo) onde ainda ficou um saldo a executar no valor de R\$ 10.509.309,22 (dez milhões quinhentos nove mil trezentos nove reais e vinte dois centavos).

Em uma análise, entre os valores previstos e o efetivamente realizado, verificamos que houve um descompasso principalmente nas despesas correntes que se efetivou a maior. As despesas capitais frustraram-se pela não realizado da operação de credito prevista e os convênios ficaram abaixo do orçado. Do montante dos gastos encontramos que a despesas correntes (manutenção da máquina administrativa) foram utilizados 89,11% dos gastos, o que nos leva a afirmar que o município gastou um percentual elevado para somente manter a estrutura administrativa, e as despesas de capital atingiram apenas a soma de 10,89%. Convém salientar que muitas das despesas de capital sofreram frustrações, tendo a sua origem nas efetivação das operações de crédito previstas na sua totalidade.

Comparativo entre receita x despesas



Receita Arrecadada R\$	Despesa Realizada R\$	Superávit	
43.625.927,75	41.138.162,42	2.487.765,33	5,70%

Analise conclusiva do balanço orçamentário:

Uma Leitura dos números do Balanço orçamentário leva-nos a constatar um Superávit orçamentário no Balanço Consolidado de 2015 na ordem de R\$ 2.487.765,33 o mesmo e descontado o Regime de Previdência que apresentou o Superávit no exercício, assim fica demonstrado o desequilíbrio financeiro no exercício principalmente nas fontes 00 – Recursos Ordinários, 01 – Transferências de Recursos Educação e 02 - Transferências de Recursos Saúde.

3 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço financeiro é um demonstrativo da contabilidade pública que evidencia a movimentação dos recursos financeiros, demonstrando seu saldo inicial, os ingressos de receitas (Orçamentária e extra), e as despesas (Orçamentária e Extra) bem como as Interferências (ativas e Passivas) e o saldo apurado no exercício corrente que será transferido para o próximo exercício.

(=) SALDO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014		17.726.848,20
(+)	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2014	3.337.268,29
(+)	Receita Orçamentária	43.625.927,75
(+)	Transferências Financeiras Recebidas	9.109.671,14
(+)	Receita Extra-Orçamentária	6.875.369,64
(-)	Despesa Orçamentária	41.138.162,42
(-)	Transferências Financeiras Concedidas	9.109.762,56
(-)	Despesa Extra-Orçamentária	6.025.775,26
(=) SALDO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015		21.064.116,49

Analise do Balanço financeiro

Para as considerações e das análises do acima demonstrado, serão analisados os seguintes quocientes demonstrados abaixo:

QUOCIENTE SOBRE O BALANÇO FINANCEIRO

a) Resultado da Execução orçamentária:

Soma da receita	+	43.625.927,75	
Soma da despesa	-	41.138.162,42	
RESULTADO	=		2.487.765,33



A interpretação desses números nos revela que ocorreu um superávit na ordem de R\$ 2.487.765,33 no comportamento entre o arrecadado e os gasto efetivamente realizado.

b) Interferências Ativas e Passivas

Soma da Transf. recebidas	+	9.109.671,14	
Soma da Transf. Concedidas	-	9.109.671,14	
RESULTADO	=		0,00

Os valores de transferências concedidas e recebidas se equivalem, cristalizando o coeficiente zerado.

c) Execução Extra-Orçamentária:

Receita Extra-Orçamentária	+	6.875.369,64	
Despesa Extra-Orçamentária	-	6.025.775,26	
RESULTADO	=		849.594,38

A interpretação a ser feita dos números acima, nos leva a constatar que a execução extra-orçamentária apresentou um superávit gerado pelo pagamento a menor efetuado no exercício dos valores arrecadados na ordem de R\$ 849.594,38.

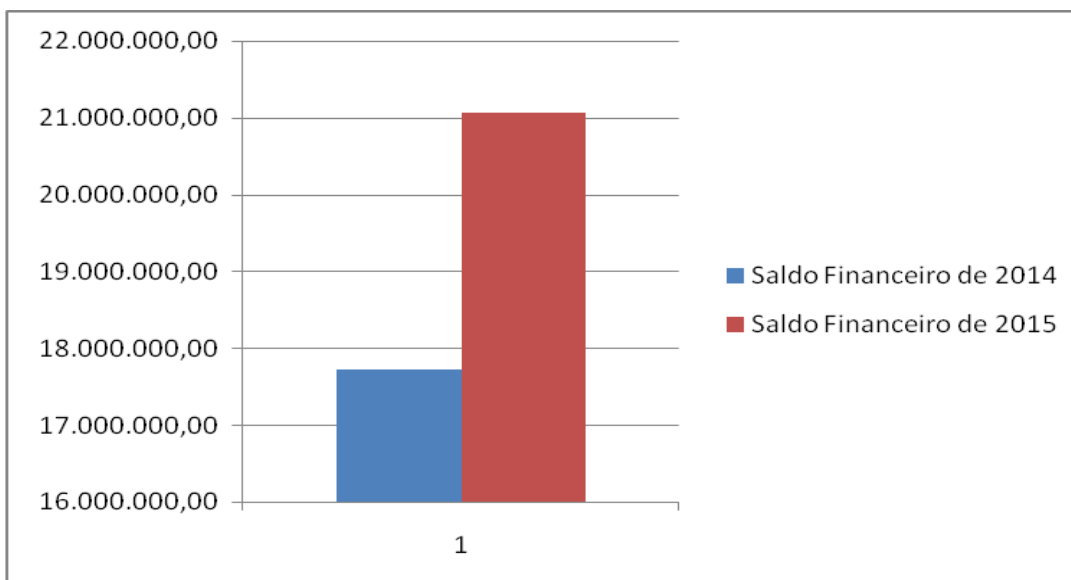
d) Resultado dos Saldos Financeiros:

Saldo para o exercício seguinte	+	21.064.116,49	
Saldo do exercício anterior	-	17.726.848,20	
RESULTADO	=		3.337.268,29

A interpretação do resultado das disponibilidades financeiras nos aponta para um aumento dos valores financeiros de R\$ 3.337.268,29 um crescimento de 18,82% em relação ao exercício de 2013. Mas, convém ressaltar que o resultado obtido tem a sua resposta no regime previdenciário que atingiu o valor positivo de R\$ 3.776.809,48.



Gráfico da evolução do ativo financeiro referente aos anos de 2014 e 2015.



Analise conclusiva do balanço financeiro

O resultado financeiro do exercício de 2015 foi superavitário em R\$ 3.337.268,29 (três milhões, trezentos trinta sete mil, duzentos sessenta oito reais e vinte nove centavos). O equivalente a 18,82%, onde passamos de um disponível de R\$ 17.726.848,20 para R\$ 21.064.116,49, ocasionado pelo superávit financeiro verificado no regime previdenciário do Município que se encontra em fase de capitalização. No entanto salientamos que a demais unidades não apresentaram o resultado esperado.

4 - BALANÇO PATRIMONIAL

Neste capítulo é abordado o Balanço Patrimonial, apresentando seu conceito fundamentação legal e estrutura. Ainda, será demonstrada a composição e evolução de cada grupo que compõe este demonstrativo contábil, fazendo-se uma análise de cada um. Por fim, são feitas as considerações finais.

a) FINANCEIRO

Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Ativo Financeiro Líquido	DISPONIBILIDADE EM %
21.067.940,41	4.246.874,73	16.821.065,68	79,84%



O Ativo financeiro no final do exercício de 2015 apresentou saldo de R\$ 21.067.940,41, e o Passivo financeiro o montante de R\$ 4.246.874,73, onde verificamos a ocorrência positiva do ativo de R\$ 16.821.065,68, que representa 68,06% do ativo financeiro, encontrando-se suportado no disponível do regime previdenciário.

b) PERMANENTE

Ativo Permanente	Passivo Permanente	Superávit	Varição%
36.718.228,73	20.377.136,03	16.341.092,27	+ 44,50

O Ativo Permanente acumula valores de créditos, dívida ativa, realizáveis a longo prazo e a curto prazo, Investimentos, imobilizados, e outros credito. No Passivo Permanente, constituído de dívida fundada interna, obrigações a pagar a curto prazo e Provisões Matemática Previdenciária, proporcionando um superávit de R\$ 16.341.092,27 (dezesesseis milhões trezentos e quarenta um mil, noventa dois reais e vinte sete centavos) uma variação para mais de 44,50% conforme os dados Balanço Patrimonial.

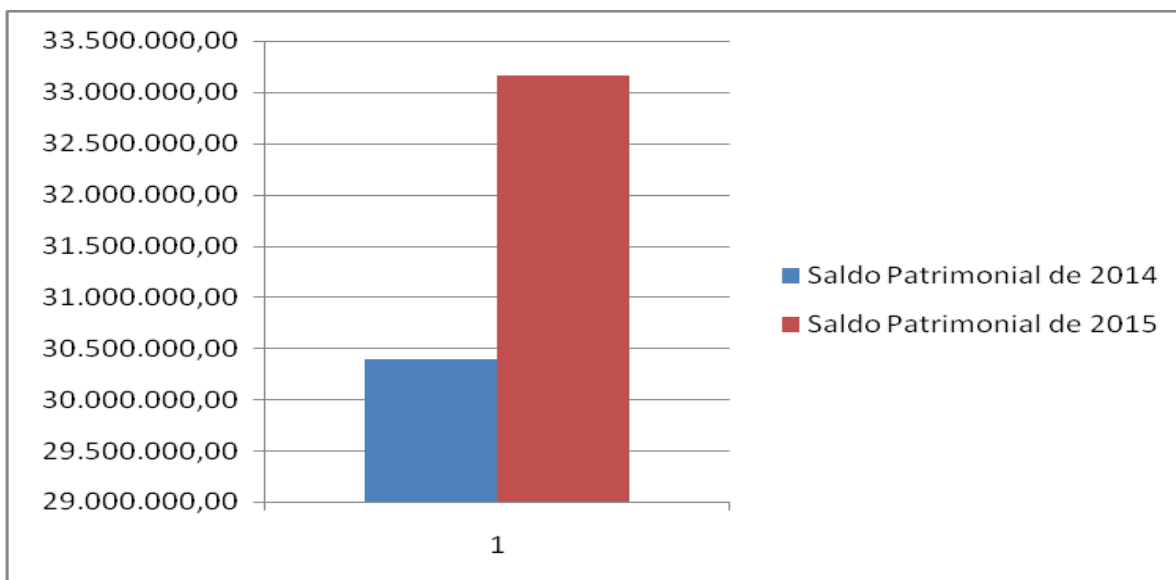
c) Resultado Patrimonial:

Saldo Patrimonial 2.014	Resultado Exercício	Saldo Patrimonial 2015	%
30.388.268,02	2.773.890,36	33.162.158,38	9,19

Os números acima expostos e o gráfico abaixo nos revelam que o Município teve um acréscimo na ordem de 9,19% e em valores R\$ 2.773.890,36, conforme anexo 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais). Com isto o Patrimônio Líquido passou para R\$ 2.773.890,36, pelo resultado orçamentário superavitário e pelo acréscimo do permanente (bens) e pelo pagamento da dívida Fundada Interna no Exercício.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO - SCI



5 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Define-se variação patrimonial, qualquer alteração ocorrida no patrimônio público, seja ela positiva ou negativa. Demonstra as Variações Patrimoniais, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Demonstrativo das Variações Patrimoniais:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

Variação Patrimoniais Aumentativas	56.351.986,40	Variações Patrimoniais Diminutivas	53.357.510,22
Impostos, Taxas e Contr. De Melhoria	3.451.770,03	Pessoal e Encargos Sociais	22.417.321,88
Contribuições	3.781.508,98	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.557.743,38
Exploração e Venda de Bens e Serviços	1.466.438,44	Uso de Bens e Serviços	14.064.461,36
Variações Patr. Aumentativas Financeiras	2.208.883,98	Variações Patr. Diminutiva Financeira	109.703,89
Transferencias e Delegações Recebidas	44.371.190,56	Trnsferenmcias e Delegações Concedidas	14.313.481,08
Valorização e Ganhos Com Ativos	60.054,44	Desvalorizações e Perdas de Ativos	130.676,40
Outras Variações Patr. Aumentativas	1.012.139,97	tributárias	434.090,73
		Outras Variações Patr. Diminutivas	330.031,50



O resultado patrimonial do exercício de 2015 foi superavitário em R\$ 2.994.476,18 (dois milhões, novecentos e noventa e quatro mil quatrocentos setenta e seis reais e dezoito centavos) conforme apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, aumentando o Ativo Real Líquido para R\$ 33.196.334,14 (trinta e três milhões, cento noventa e seis mil trezentos e trinta e quatro reais e quatorze centavos) conforme apurado no Balanço Patrimonial.

6 - EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA

Exercício	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valores R\$	1.314.795,94	1.170.384,92	1.389.415,03	1.236.044,67	1.695.262,27	1.651.341,88
Diferença	+ 11,66%	- 10,99	+ 18,72	- 11,03	37,15	-2,59

A Dívida Ativa (Direito) do Município encontra-se em equilíbrio no último ano, pois, conforme o quadro acima nos revela, o valor de 2015 foi inferior ao de 2014 em - 2,59%.

7- DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Credores	Saldo Anterior	Inscrição no ano	Baixa no exercício	Saldo para Exercício Seguinte
Badesc	1.393.388,35	1.505.720,87	816.880,71	2.082.228,51
Cohab Fehap	132.625,89	0,00	28.468,24	104.157,65
TOTAL	1.526.014,24	1.505.720,87	845.348,95	2.186.386,16

O Quadro acima espelha o montante da dívida Fundada Interna do Município onde visualizamos que a inscrição em dívida ficou R\$ 1.505.720,87 e as baixas (pagamentos) atingiu a cifra de R\$ 845.348,95 em percentual 43,27% do saldo devedor do ano anterior, o valor a pagar é insignificante, demonstrando que o Município tem um potencial na busca de empréstimos junto às instituições de crédito.



8- DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FLUTUANTE

Titulo	Saldo anterior	Inscrições	Baixas	Saldo p/ 2.015
Depósitos	290.442,75	3.898.188,29	3.854.261,98	334.369,06
Restos a Pagar	3.166.835,13	2.771.249,83	2.025.579,29	3.912.505,67
TOTAL	3.457.277,88	6.669.438,12	5.879.841,27	4.246.874,73

- **Os depósitos:** São compostos de Consignações e depósitos de diversas origens, (Valores de Terceiros) o saldo de 2014 comparado com o final de 2015 nos leva a leitura de um pequeno acréscimo.

9 – DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES

9.1. Metas Fiscais

O quadro abaixo evidencia as metas fiscais estabelecidas na LDO e as metas fiscais realizadas conforme Relatório Resumido da Execução Orçamentária:

METAS FISCAIS	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	%
Receita	44.500.000,00	43.625.927,75	-874.072,25	-1,96
Despesa	44.500.000,00	41.138.162,42	-3.361.837,58	-7,55
Resultado Primário	-3.300.000,00	-203.412,21	3.096.587,79	93,83
Resultado Nominal	510.000,00	660.371,92	150.371,92	29,48
Montante da Dívida	3.000.000,00	2.186.386,16	-813.613,84	-27,12

A meta fiscal de receita:

Foi Equilibrada em virtude do bom desempenho das receitas correntes, sendo que as demais fontes de receita mantiveram um equilíbrio, exceção a Operação de crédito, alienação de Bens e Receitas agropecuárias que não foram efetivadas no exercício.

A meta fiscal de despesa:

Ficou abaixo do previsto em R\$ 3.361.837,58, equivalente a 7,55% do valor fixado.



A meta do Resultado Primário:

Não atingiu a meta em virtude da arrecadação a menor das “Operação de Crédito” e “Alienações de Ativos”.

A meta do Resultado Nominal:

Na LDO estava previsto um resultado em R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), no entanto o alcançando no exercício foi de R\$ 660.371,92 (seiscentos sessenta mil trezentos setenta um reais e noventa e dois centavos).

A meta fiscal de montante da dívida:

A meta não foi alcançada, tendo em vista a Operação de Crédito que foi orçado R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), mas que no transcorrer do ano foi realizado apenas R\$ 1.505.720,87 (um milhão quinhentos e cinco mil setecentos e vinte reais e oitenta sete centavos).

9.2 Gastos mínimos em Ações e Serviços Públicos de Saúde

No exercício de 2015, de acordo com as regras estabelecidas no artigo 77, § 1º do ADCT, o Município deveria aplicar pelo menos 15% das receitas produto de impostos em ações e serviços públicos de saúde.

Conforme Demonstrativo do Controle de Gastos em Ações e Serviços Públicos de Saúde, o Município aplicou no exercício R\$ 7.179.838,44 (sete milhões, cento setenta nove mil oitocentos trinta oito reais e quarenta quatro centavos) o que equivale a 27,80% das receitas produto de impostos que somou R\$ 25.554.203,11 (Vinte e cinco milhões, quinhentos cinquenta quatro mil e onze centavos) atendendo, portanto, o mandamento constitucional.

ANEXO XVI - RECEITA E GASTOS COM SAÚDE ATÉ DEZEMBRO DE 2015

a) Receita de Impostos/Transferências	R\$ 25.554.203,11
IPTU	R\$ 705.963,38
IRRF	R\$ 599.791,88
ITBI	R\$ 204.638,06
ISQN	R\$ 1.233.237,51
DA impostos, multas e Juros de Mora	R\$ 157.615,77
Cota FPM	R\$ 11.782.529,79
Cota ITR	R\$ 50.314,14
LC 87/96 (ICMS s/exportação)	R\$ 40.370,86
Cota do ICMS	R\$ 9.601.269,40
Cota IPI s/ exportação	R\$ 149.662,37
Cota do IPVA	R\$ 1.177.357,45
DEDUÇÕES	R\$ (148.547,50)
b) Percentual Mínimo de 15% (a x 15%)	R\$ 3.833.130,47
c) Despesas com Saúde (15 %) - Fonte 02	R\$ 7.179.838,44
Despesas com Saúde	R\$ 7.179.838,44



CONCLUSÃO

Valor Mínimo que deveria ser aplicado (b)	R\$ 3.833.130,47
(-) Valor efetivamente gasto com saúde (c)	R\$ 7.179.838,44
Valor aplicado a maior (c-b)	R\$ 3.346.707,97

Percentual Mínimo de Receitas de Impostos e Transf.de Impostos a ser aplicado	15,00%
Valor Aplicado	28,10%
Aplicação a maior	13,10%

9.3 Gastos mínimos em Ensino

De acordo com o Demonstrativo do Controle dos Gastos em Ensino, o Município aplicou R\$ 6.798.418,58 (seis milhões, setecentos noventa e oito e quatrocentos e dezoito reais e cinquenta oito centavos), em manutenção e desenvolvimento do ensino, o que equivale a 25,82% das receitas resultantes de impostos, respectivamente, que totalizou R\$ 26.210.311,43 (Vinte e seis milhões, duzentos e dez mil trezentos e onze reais e quarenta três centavos), mais o rendimentos de aplicação financeira de R\$ 19.268,97 (dezenove mil duzentos sessenta oito reais e noventa sete centavos).

ANEXO X - RECEITAS E GASTOS COM EDUCAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2015

a) Receita de Impostos/Transferências/Rendimentos	R\$ 26.210.311,43
IPTU	R\$ 705.963,38
IRRF	R\$ 599.791,88
ITBI	R\$ 204.638,06
ISQN	R\$ 1.233.237,51
DA impostos, multas e Juros de Mora	R\$ 157.615,77
Cota FPM	R\$ 12.438.638,11
Cota ITR	R\$ 50.314,14
LC 87/96 (ICMS s/exportação)	R\$ 40.370,86
Cota do ICMS	R\$ 9.601.269,40
Cota IPI s/ exportação	R\$ 149.662,37
Cota do IPVA	R\$ 1.177.357,45
DEDUÇÕES	R\$ (148.547,50)
b) Rendimentos (Fundeb +MDE)	R\$ 19.268,97
Rendimento Aplicação Financeira Fundeb	R\$ 19.268,97
Rendimento Aplicação Financeira MDE	
c) Percentual Mínimo de 25% (a x 25%)+b)	R\$ 6.571.846,83



d) Repasse ao FUNDEB	R\$ 4.560.298,93
e) Retorno do FUNDEB	R\$ 5.689.208,13
f) Ganho com o FUNDEB (d-e)	R\$ 1.128.909,20
g) Despesas com ensino Fundamental e infantil (h+i+j+k-l)	R\$ 7.927.327,75
h) Programa 12.361 - Ensino Fundamental	R\$ 5.542.003,79
i) Programa 12.365 - Educação Infantil	R\$ 2.276.462,44
j) Programa 12.366 - Programa EJA	R\$ 108.861,52
l) Ganho com o FUNDEB	R\$ 1.128.909,20
m) Despesas Consideradas para Cálculo dos 25%	R\$ 6.798.418,55

CONCLUSÃO

Valor Mínimo que deveria ser aplicado (c)	R\$ 6.571.846,83
(-) Valor efetivamente gasto com ensino (m)	R\$ 6.798.418,55
Valor aplicado a maior (m-c)	R\$ 226.571,72

Percentual Mínimo de Receitas de Impostos e Transf.de Impostos a ser aplicado	25,00%
Percentual Aplicado	25,82%
Aplicado a maior	0,82%
Artigo 212 da Constituição	<i>cumprido</i>

Os dados registram que o Município cumpriu o mandamento constitucional de gastos mínimos em ensino, mais exatamente em relação ao disposto no artigo 212 de nossa Magna Carta.

9.4 Gastos mínimos com o FUNDEB

Ainda, de acordo com o Demonstrativo do FUNDEB, o Município aplicou R\$ **3.615.658,06** (três milhões, seiscentos e quinze mil seiscentos e cinquenta oito reais e seis centavos) na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, o que equivale a 63,24% dos recursos recebidos do FUNDEB e seus respectivos rendimentos, cumprindo assim o artigo 60, XII da ADCT e Lei n. 11.494/07.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO - SCI

MÊS	RETORNO	REPASSADO	DIFERENÇA	RENDIMENTOS	60% MAG.	APLICADO	SALDO	%
JANEIRO	R\$ 506.151,81	R\$ 430.605,99	R\$ 75.545,82	R\$ 1.710,37	R\$ 305.401,46	R\$ 225.782,64	(R\$ 79.618,82)	44,46%
FEVEREIRO	R\$ 469.063,71	R\$ 420.489,47	R\$ 48.574,24	R\$ 2.516,35	R\$ 283.954,58	R\$ 295.769,71	R\$ 11.815,13	62,72%
MARÇO	R\$ 457.450,82	R\$ 361.210,11	R\$ 96.240,71	R\$ 3.382,25	R\$ 277.852,74	R\$ 285.052,57	R\$ 7.199,83	61,86%
ABRIL	R\$ 494.996,57	R\$ 392.906,17	R\$ 102.090,40	R\$ 2.257,66	R\$ 299.255,60	R\$ 289.285,62	(R\$ 9.969,98)	58,18%
MAIO	R\$ 499.553,34	R\$ 426.502,26	R\$ 73.051,08	R\$ 1.855,99	R\$ 301.587,99	R\$ 303.128,60	R\$ 1.540,61	60,31%
JUNHO	R\$ 474.648,61	R\$ 400.706,97	R\$ 73.941,64	R\$ 2.238,07	R\$ 287.027,24	R\$ 380.110,12	R\$ 93.082,88	79,46%
JULHO	R\$ 454.441,06	R\$ 333.026,22	R\$ 121.414,84	R\$ 1.403,17	R\$ 274.067,81	R\$ 303.321,16	R\$ 29.253,35	66,40%
AGOSTO	R\$ 467.118,53	R\$ 352.006,79	R\$ 115.111,74	R\$ 1.126,28	R\$ 281.397,40	R\$ 300.722,64	R\$ 19.325,24	64,12%
SETEMBRO	R\$ 445.495,52	R\$ 330.967,56	R\$ 114.527,96	R\$ 0,00	R\$ 267.297,31	R\$ 299.011,27	R\$ 31.713,96	67,12%
OUTUBRO	R\$ 472.678,69	R\$ 361.057,60	R\$ 111.621,09	R\$ 976,29	R\$ 284.583,50	R\$ 334.809,67	R\$ 50.226,17	70,59%
NOVEMBRO	R\$ 466.871,24	R\$ 358.685,92	R\$ 108.185,32	R\$ 1.090,75	R\$ 280.777,19	R\$ 305.424,54	R\$ 24.647,35	65,42%
DEZEMBRO	R\$ 480.738,23	R\$ 389.903,46	R\$ 90.834,77	R\$ 711,79	R\$ 288.870,01	R\$ 293.239,52	R\$ 4.369,51	61,00%
TOTAL	R\$ 5.689.208,13	R\$ 4.560.298,93	R\$ 1.128.909,20	R\$ 19.268,97	R\$ 3.425.086,26	R\$ 3.615.658,06	R\$ 190.571,80	63,24%

9.5 Limites de Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal dos últimos doze meses do Poder Executivo e do Poder Legislativo até o mês de Dezembro de 2015 somaram, respectivamente, **R\$ 18.450.704,24** (dezoito milhões, quatrocentos cinquenta mil setecentos e quatro reais e vinte quatro centavos) e **R\$ 877.200,50** (oitocentos e setenta sete mil duzentos reais e cinquenta centavos) equivalendo, respectivamente a 48,97% e 2,33% da Receita Corrente Líquida. Portanto, os gastos ficaram abaixo do limite global de 54% e 6%.

9.5.1 Quadro Demonstrativo Despesas com Pessoal Consolidado

Janeiro 2015 a Dezembro 2015

R\$1,00

DESCRIÇÃO	ÚLTIMOS 12 MESES
Despesa Bruta com Pessoal (I)	19.263.024,78
Pessoal Ativo	18.971.274,34
Inativos e Pensionistas	112.652,29
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização	179.098,15
(-) Despesa não computada (II)	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (III)	19.263.024,78
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	37.674.763,70



Percentual Obtido	51,16%	19.263.024,78
Limite Prudencial	57,00%	21.474.615,31
Limite Máximo Admitido	60,00%	22.604.858,22

9.5.1.1 Quadro Demonstrativo Despesas com Pessoal do Poder Executivo

JANEIRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2015

R\$1,00

DESCRIÇÃO	ULTIMOS 12 MESES
Despesa Bruta com Pessoal (I)	18.437.809,48
Pessoal Ativo	18.146.194,04
Inativos e Pensionistas	112.652,29
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização	178.963,15
(-) Despesa não computada (II)	-
Despesa de Exercícios Anteriores	12.894,76
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (III)	18.450.704,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	37.674.763,70
Percentual Obtido	48,97%
Limite Prudencial	51,30%
Limite Máximo Admitido	54,00%

9.5.1.2 Quadro Demonstrativo Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

Janeiro 2014 a Dezembro 2015

R\$1,00

DESCRIÇÃO	ÚLTIMOS 12 MESES
Despesa Bruta com Pessoal (I)	877.200,50
Pessoal Ativo	877.065,50
Inativos e Pensionistas	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização	135,00
(-) Despesa não computada (II)	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (III)	877.200,50



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		37.674.763,70
Percentual Obtido	2,33%	877.200,50
Limite Prudencial	5,70%	2.147.461,53
Limite Máximo Admitido	6,00%	2.260.485,82

10 - Despesa com remuneração de Vereadores em relação ao subsídio deputados.

Subsidio dos Deputados	Limite 30%	Subsidio do vereador	Diferença	% da remuneração
25.322,25	7.596,68	3.766,72	3.829,96	14,88%

A Remuneração mensal e individual de cada vereador foi de R\$ 3.766,72 (três mil, setecentos setenta seis reais e setenta dois centavos) mensais, o que equivale a 14,88% da remuneração de deputado estadual, que é de R\$ 25.322,25 (vinte cinco mil, trezentos vinte dois reais e vinte cinco centavos) ficando aquém do patamar estabelecido pela emenda Constitucional 29, VI, b.

11. Despesa com remuneração de Vereadores do Total da Receita Tributária.

Os gastos com a remuneração dos vereadores em 2015 somaram R\$ 405.675,75 (Quatrocentos cinco mil, seiscentos e setenta cinco reais e setenta cinco centavos) equivalente a 1,46% da receita total realizada, portanto, abaixo do limite constitucional de 5%.

Receita Orçam. do período	Despesa com remuneração de Vereadores	% da Despesa com pessoal
27.704.260,59	405.675,75	1,46%

12 – Despesas com Folha de Pagamento da Receita da Câmara.

A folha de pagamento do Poder Legislativo no exercício de 2015 foi de R\$ 713.709,85 (Setecentos treze mil setecentos nove reais e oitenta cinco centavos) e equivalente a 36,74% do seu orçamento inicial fixado em R\$ 1.942.626,70 (um milhão novecentos quarenta dois mil seiscentos vinte seis reais e setenta centavos), portanto, abaixo do limite constitucional de 70%.



Total das Verbas Orçamentárias	Limite gastos conf. Art. 29-A, §1º- CF - 70%	Despesa Acumulada c/ Folha de Pagamento	% da Folha de Pagamento
1.942.626,70	1.312.667,22	713.709,85	36,74%

13- Limites de Endividamento.

A Lei de Responsabilidade Fiscal e Demonstrativos do Balanço Geral anexo 16 4.320/64 revela que a dívida consolidada do Município é de R\$ 2.186.386,16 (dois milhões cento oitenta seis mil trezentos e oitenta seis reais e dezesseis centavos) o equivalente a 5,80% das receitas correntes líquidas, portanto abaixo do limite de 120%. No presente ano a administração realizou operação de crédito no valor de R\$ 1.505.720,87, sendo assim dentro do Limite de 16% ao ano, que seria no valor de R\$ 6.027.962,19. Ressaltamos que o Município possui condição privilegiada na busca de recursos via operação de crédito, em vista dos números apresentados.

RECEITA CORRENTE LIQUIDA ANO: R\$ **37.674.763,70**

Limite 120% acumulado	Saldo 2.015 5,80%	Saldo realizar 114,20%	Limite 16% ano	Realizado ano
45.209.716,44	2.186.386,16	42.966.681,30	6.027.962,19	1.505.720,87

CONCLUSÃO

Diante dos números analisados por essa controladoria nos anexos 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da Lei 4.320/64, verificamos que no tocante ao balanço orçamentário registra-se um superávit de R\$ 2.487.765,33. No balanço financeiro encontramos um superávit de R\$ 3.337.268,29, valor este ocasionado pelo superávit do Inst. de Prev. Social Serv. Públicos de Papanduva - IPREPAV. Na análise do balanço patrimonial verificamos um acréscimo de R\$ 2.773.890,36, suportado pelo levantamento patrimonial e pela reavaliação dos bens, pelo acréscimo financeiro e do permanente e pelas provisões matemáticas previdenciárias.

O anexo 15 de variações patrimoniais demonstra um superávit verificado no exercício de R\$ 2.994.476,18 em virtude da incorporação de ativos. A dívida fundada interna (anexo 16) sofreu um pequeno aumento em vista de realização de operação de crédito junto ao BADESC. A dívida flutuante apresenta um saldo elevado na conta de depósito de diversas origens e de restos a pagar, estes decorrentes do exercício de 2012.



Em relação as metas fiscais verificamos que no comparativo entre a receita e despesa houve superávit, o resultado primário foi equilibrado, o resultado nominal foi muito além do previsto em virtude do alto valor de restos a pagar, a dívida prevista não foi alcançada em vista da operação de crédito ter sido realizada de forma parcial.

Os gastos com saúde, de valores resultantes de impostos foi superior em 13,10%, representando a cifra de R\$ 3.346.707,97.

O Demonstrativo da Educação nos revela que o município atendeu ao artigo 212 da CRFB/88, aplicando 25,82% dos valores resultante de impostos, ou seja, 0,75% acima do exigido, em valores alcançando a cifra de R\$ 226.571,72.

Em relação à aplicação dos 60% do FUNDEB em valorização do magistério, visualizamos a aplicação de 63,24%, superior em 3,24%, alcançando a cifra de R\$ 3.615.658,06.

As despesas com pessoal do poder Executivo e Legislativo foram de 48,97% e 2,33%, respectivamente, em relação a receita corrente líquida alcançada no exercício de 2015, esta no valor de R\$ 37.674.763,70, atendendo plenamente o dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do acima exposto e, ainda:

Considerando, o resultado das Auditorias Internas realizadas no exercício;

Considerando, as medidas determinadas pelo Prefeito Municipal no sentido de que a Controladoria Geral promova reuniões e notifique os servidores responsáveis com o objetivo de discutir e ajustar as normas de controle interno editadas, tirar dúvidas e elevar o nível de consciência da importância do Sistema no cumprimento dos princípios que regem a administração pública;

Considerando, as medidas que serão adotadas para prevenir novas deficiências administrativas;

Considerando, que o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO pode ser considerado satisfatório;

Considerando, que as metas físicas e financeiras na execução das ações financiadas com recursos ordinários e vinculados atenderam a legislação;



Considerando, o resultado financeiro superavitário em atendimento ao princípio do equilíbrio de caixa inclusive por fonte de recursos;

Considerando as medidas efetivas adotadas para a cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa;

Considerando o cumprimento dos gastos mínimos com saúde, educação e FUBDEB;

Considerando a observância dos limites de gastos com pessoal e de endividamento;

Considerando a forte recessão econômica enfrentada pelo país no ano de 2015, a qual reduziu significativamente a receita de todos os municípios brasileiros;

Considerando as medidas de contenção de despesa adotadas pelo Gestor Municipal, em virtude da brusca e significativa desaceleração da economia e consequente queda na receita do município (*documentação comprobatória em anexo*);

Considerando que no exercício de 2015 o município pagou da Dívida Fundada Interna o montante de R\$ 845.348,95 (oitocentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos), reduzindo, pois, consideravelmente o valor da aludida dívida;

Considerando o cumprimento dos princípios fundamentais da contabilidade na execução orçamentária, financeira e patrimonial e:

Considerando que os créditos adicionais atenderam ao princípio da legalidade.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O ACOMPANHAMENTO MENSAL E OS ANEXOS DO PRESENTE BALANÇO, **RESOLVE EMITIR PARECER FAVORÁVEL ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015**, POR ENTENDER QUE AS MESMAS EXPRESSAM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA.

É o nosso parecer.

Papanduva, SC, 26 de fevereiro de 2016.

André Luiz Geraldi
Coordenador do Sistema de Controle Interno